

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO VINTE E UM DO COMITÊ DO ITAJAÍ, REALIZADA EM DOZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO.

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, reuniram-se, na sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau, membros do Comitê do Itajaí e demais convidados. A presidente Maria Izabel Pinheiro Sandri deu início a Assembléia, dando boas vindas e agradecendo a presença de todos, em especial da deputada Ana Paula Lima, representante da ALESC, sempre presente nas reuniões do Comitê. Prosseguiu perguntando aos membros se alguém teria alguma solicitação de inclusão de pauta. Katuscia solicitou a inclusão da indicação dos membros do Comitê do Itajaí que vão compor o colegiado do Fórum Catarinense de Comitês. Solicitação aprovada. Maria Izabel apresenta a sugestão de inclusão de pauta da professora Noemia referente ao PL do Código Ambiental, sendo aprovado. E por último foi solicitada a inclusão referente à participação do Porto de Itajaí no Comitê. Passamos ao primeiro item da ordem do dia, **1) Fixação das datas das Assembléias Gerais Ordinárias de dois mil e nove.** Em posse da palavra, Beate saudou a todos e falou que as datas são sempre propostas na última assembléia do ano, mas como a última assembléia do ano virou a primeira, em função da catástrofe do novembro de 2008, iniciamos 2009 sem esse planejamento. A primeira assembléia de 2009 está ocorrendo no lugar da última do ano passado. Beate ressaltou que não se trata apenas do calendário das assembléias, mas de uma proposta global das atividades do comitê para esse ano: a próxima assembléia no dia dezanove de março, na parte da manhã uma assembléia extraordinária para tratar da reforma do regimento e no período da tarde as assembléias deliberativas do processo de renovação do Comitê. A revisão do regimento precisa de dois terços dos membros presentes e é um compromisso dessa gestão fazer a revisão do regimento até dia 30 de abril, dia da assembléia de posse dos novos membros conforme calendário de renovação da composição do Comitê, item da nossa pauta de hoje. Nos dias vinte e um e vinte e dois de maio o Projeto Piava vai realizar um seminário para a discussão do enquadramento dos corpos de água, junto com a cobrança do uso da água. Seria conveniente que o Comitê acompanhasse e opinasse sobre esse trabalho. Em junho e julho acontecerão oficinas em todas as sub-bacias para estabelecer metas de qualidade dos corpos de água. No dia vinte e quatro de setembro estamos propondo a oficina da semana da água, destinada a aprovar a alternativa de enquadramento. Em outubro, nos dias vinte e um, vinte e dois, e vinte e três, a proposta é fazer três consultas públicas sobre o plano diretor de recursos hídricos, em Rio do Sul, em Blumenau e em Itajaí. No dia vinte e seis de novembro a última assembléia do Comitê do ano seria destinada a aprovar o plano de bacia. Esse é o calendário proposto que este intimamente vinculado com a agenda do Projeto Piava. Maria Izabel colocou em votação a agenda sendo aprovada. Passamos agora a palavra para a professora Noemia. **2) PL do Código Ambiental.** A Professora Noemia cumprimentou a todos e falou que a título de informe gostaria de colocar para os membros do Comitê como está acontecendo a discussão do código ambiental de Santa Catarina. Todos acompanharam a movimentação feita para tentar ampliar o prazo da votação do código, que estava prevista para dia dezessete de dezembro do ano passado. Com essa movimentação conseguiu-se um prazo maior, adiando a apresentação das emendas do código para o dia vinte e sete de fevereiro, e a votação final no dia trinta de março. Embora esse tempo não seja o ideal, é o que temos e em virtude dessa agenda estamos trabalhando com esses prazos extremamente apertados. Não resta dúvida de que o estado de Santa Catarina precisa de um código ambiental. Ele realmente facilitará e muito a vida do operador jurídico, considerando que a legislação ambiental é muito ampla, com diversos instrumentos jurídicos normativos diferenciados, e se tivéssemos uma única lei regulamentando os principais aspectos ambientais do estado, realmente facilitaria. Então, não se discute a relevância do código, o que está em pauta são alguns problemas que foram identificados nessa proposta, e que, também estão hoje em discussão na assembléia legislativa. Eu vejo assim a questão das áreas de preservação

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

52 permanente, em relação às quais o código virá no sentido de atender uma demanda do setor
53 produtivo que é justa, mas, colocando dispositivos que ferem totalmente a legislação federal. Não
54 se discute a necessidade atual de se rever o código florestal. Aquelas metragens quando foram
55 estabelecidas em 1965, posteriormente 1989, não tinham um critério técnico. Agora se faz
56 necessário ter o estudo técnico para montar de forma adequada. Isto deve acontecer no
57 Congresso Nacional. Alterado o código florestal aí sim, podemos adequar a nossa legislação do
58 estado à legislação federal. Este é um aspecto que temos que pensar seriamente ao atuar nesse
59 sentido. Agora, simplesmente ignorar a legislação ambiental significa aprovarmos a lei e na
60 semana seguinte o ministério público entrar com uma ação de inconstitucionalidade o que criaria
61 um caos institucional no estado. Em relação às áreas de preservação permanente, não se fala
62 nada sobre as APPs urbanas. Se estamos regulamentando esse assunto é necessário saber
63 como ficará essa questão, depois de termos vivenciado essa problemática que foi esse final de
64 ano aqui no Vale do Itajaí e em outros municípios do estado com as áreas de risco com
65 ocupações inadequadas. Não é possível simplesmente passar uma borracha nessa questão, é
66 preciso que isso seja abordado no código. Outro ponto problemático é a questão do
67 licenciamento ambiental automático. Ele está prevendo que uma vez entregue a documentação
68 para a FATMA, se a mesma não se manifestar em sessenta dias, ocorre o licenciamento
69 ambiental. Eu acho que isso não vem só prejudicar o meio ambiente, mas também o
70 empreendedor, empresário, pois, ele não vai ter segurança jurídica nesse licenciamento, ele vai
71 receber um licenciamento sem análise do sistema de controle ambiental, estando totalmente
72 irregular e sujeito a uma fiscalização, porque não há como não obedecer também a legislação
73 federal. Atualmente, temos problemas na análise dos processos de licenciamento ambiental da
74 FATMA, mas o problema não é por causa da legislação, o problema é do corpo de funcionários.
75 Temos na FATMA apenas 200 funcionários atuando no estado. Isso foi muito questionado nas
76 audiências públicas. O IAP - Instituto Ambiental do Paraná - tem cerca de 1500 funcionários, quer
77 dizer, tem um corpo técnico para poder exercer as competências do órgão. Sendo assim, o
78 problema aqui não seria de legislação, mas sim do executivo. Existe necessidade de aparelhar o
79 órgão ambiental com funcionários suficientes para dar a devida agilidade ao licenciamento
80 ambiental. Esse é um aspecto para chamar atenção. Outro aspecto, que eu chamo atenção é
81 com relação ao fundo de compensação ambiental proposto, e que eu acho ser bastante
82 interessante. Com o fundo de compensação ambiental é criada a implantação e manutenção de
83 unidades de conservação para projetos de desenvolvimento sustentável, para projetos de turismo
84 sustentável, e pagamento de serviços ambientais nas propriedades. O Comitê do Itajaí foi
85 pioneiro em 2001/2002 ao fazermos uma proposta para a lei estadual de recursos hídricos,
86 colocando em discussão a bonificação para as propriedades que são produtoras de água. É
87 importante que o proprietário rural que tem tudo certinho, tem as áreas de nascentes protegidas
88 seja compensado pelo serviço ambiental que sua propriedade cumpre. Agora, de onde que virá
89 recurso para isso? Hoje temos o fundo de compensação ambiental conforme a Lei federal, na Lei
90 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Os recursos vêm daqueles empreendimentos
91 que têm um grande potencial de poluição, que precisam passar por EIA-RIMA, como o Porto do
92 Navegantes ou a duplicação da BR 101, ou uma grande hidrelétrica. Esses os empreendimentos
93 são sujeitos à elaboração de EIA-RIMA, e pagam a título de compensação ambiental, no mínimo
94 meio por cento do valor total do empreendimento, para manutenção de unidades de
95 conservação. Isso está na lei federal. A idéia pode ser manter, no código, o fundo de
96 compensação ambiental para esse fim. O de unidades de conservação é gerido pela FATMA nos
97 moldes que a legislação federal orienta. Ou criar o fundo estadual de desenvolvimento
98 sustentável, de onde viriam recursos para o pagamento desses serviços ambientais, ou então se
99 reparte com o fundo estadual de recursos hídricos que também tem essa função, por exemplo,
100 para pagar o serviço ambiental àquele proprietário que melhora a qualidade da água poderia,
101 sim, vir recurso do fundo de recursos hídricos, que já existe e que está regulamentado. Vejam
102 que não é assim tão simples de resolver e a gente precisaria discutir para ter uma proposta mais

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

103 estruturada. Na esfera federal, o IBAMA aplica nesse fundo. Existe na esfera federal uma
104 parceria com a Caixa Econômica Federal que funciona super bem, quer dizer, hoje o empresário
105 nem precisa pagar ao IBAMA. O recurso vai direto para a Caixa, que parcela e faz a aplicação do
106 recurso de forma transparente. Pensamos em algo nesse sentido para o estado de Santa
107 Catarina, mas por isso eu digo que precisamos discutir melhor. O último ponto da lei estadual fala
108 dos instrumentos econômicos e esse é um instrumento da política nacional do meio ambiente,
109 que está sendo também definido como instrumento da política estadual. É justamente nesse
110 capítulo, dos instrumentos econômicos, que deveríamos discutir esse pagamento pelos serviços
111 ambientais. O fundo de desenvolvimento sustentável não é trabalho nesse projeto de lei. Diz-se
112 que isso facilitaria a vida do pequeno produtor, entretanto, não são criados os instrumentos
113 adequados para tornar isso real e concreto, então realmente, necessita aperfeiçoar. Como nós
114 podemos aperfeiçoar isso? Em virtude do pouco tempo, fechamos um grupo de trabalho para
115 examinar as emendas que foram apresentadas no projeto de lei. Junto com o Movimento por um
116 Código Ambiental Legal, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da ALESC está organizando
117 um seminário para a discussão e organização das emendas que foram apresentadas. A idéia
118 seria: de manhã uma apresentação rápida de como está estruturado o projeto de lei, e na parte
119 da tarde, grupos de trabalho se debruçam sobre os temas mais importantes, fazendo as suas
120 proposições. E dali fazemos um documento único que possa ser encaminhado como emenda, no
121 dia vinte e sete de fevereiro. É o que tinha para informá-los sobre o código ambiental. Diante do
122 que aconteceu ano passado, senti necessidade. E se for possível, dilatar um pouquinho mais
123 esse tempo e melhorar a redação do código. Vamos nos empenhar nesse sentido. Por isso foi
124 criado um movimento, o MOVICAL, que é o Movimento por um Código Ambiental Legal para
125 Santa Catarina, que pretende reunir todas as entidades que interessadas em contribuir no
126 aprimoramento do código. Para termos realmente um código que seja bom para Santa Catarina,
127 para o setor produtivo, e que esteja dentro das legalidades das normas ambientais federais.
128 Encerrada essa fala, a Presidente colocou em votação a inclusão do Comitê do Itajaí no
129 MOVICAL. Adesão aprovada, com três abstenções. **3) Porto de Itajaí.** Com a palavra Beate, fala
130 da substituição de membros. O Artigo 36 do Regimento diz que aquela entidade membro que não
131 se fizer presente a três reuniões consecutivas, sem justificativa, receberá a comunicação do
132 desligamento de seus representantes e será solicitada a fazer nova indicação de titular e
133 suplente com trinta dias de antecedência da próxima reunião ordinária. Desta forma, depois de
134 cada Assembléia, a secretaria tem o trabalho de fazer o controle das listas de presenças e enviar
135 ofício solicitando nova indicação por parte da entidade. Temos uma situação singular, a do Porto
136 de Itajaí, que solicita que a mesma pessoa, aquela pessoa que já tinha faltado três vezes
137 consecutivas, continuasse a representar o Porto. Em ofício encaminhado ao Comitê relata-se:
138 "informamos que de forma involuntária e por motivos de ordem profissional inerentes aos
139 serviços de operação portuária, infelizmente o representante da superintendência do Porto de
140 Itajaí Sr. Agnaldo não pode estar presente nas últimas reuniões desse importante comitê. Por
141 outro lado, trata-se de um servidor público, com grande experiência profissional, e se faz
142 merecedor de ocupar a gerência do meio ambiente nessa diretoria técnica. Assim sendo, com a
143 devida vênua, solicitamos a permanência do mesmo titular ao mesmo tempo em que
144 aproveitamos para indicar o engenheiro Hamilton Machado Alcântara como suplente, de forma
145 que a superintendência do porto possa ser bem representada neste importante quorum". A
146 presidente Maria Izabel coloca em votação a questão sendo que o Comitê não aprovou a
147 permanência do representante do Porto do Itajaí, em função do mesmo não se fazer representar
148 pela quarta vez consecutiva. **4) Indicação para o Fórum Catarinense de Comitês.** Na
149 seqüência a palavra foi dada a Katiúscia Wilhelm, ocupante do assento trinta e quatro do Comitê
150 do Itajaí. Falou que, no ano passado, alguns integrantes da equipe PIAVA e do Comitê
151 organizaram o Encontro dos Comitês catarinenses, que aconteceu em outubro em Timbó. Dentre
152 os assuntos discutidos decidiu-se reativar o Fórum Catarinense de Comitês, criado no ano dois
153 mil. Ficou acordado que cada membro presente levaria para a Assembléia do seu Comitê a

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

154 solicitação de indicação de dois membros para compor a coordenação colegiada do Fórum.
155 Alguns nomes foram levantados pela Diretoria considerando relevante considerar quem já faz
156 parte desse trabalho. São Tercílio Bonessi, Beate Frank e Katuscia Wilhelm, como suplente. A
157 presidente colocou em votação e foi aprovado. **5) Visão de futuro.** Continuando os trabalhos,
158 Beate falou do terceiro item da pauta, apreciação da “Visão de Futuro da Bacia”. Na semana da
159 água de dois mil e sete o tema era “aonde nós podemos chegar”. Foram feitas oficinas nas seis
160 consultas públicas, levantando com a comunidade elementos para se construir uma visão do
161 futuro. Esse ano pretendemos concluir o Plano de Bacia, que está em construção desde dois mil
162 e cinco. É o plano que vai nos levar a algum lugar. Essa Visão do Futuro foi elaborada
163 sintetizando tudo o que foi levantado na Semana da Água de dois mil e sete, e se encontra
164 disponível no site do Comitê. Existiam na visão, originalmente, sete itens diferentes. A Diretoria
165 do Comitê fez uma síntese, concluindo que a Visão teria que trabalhar com a gestão ambiental
166 pública estruturada, o que inclui municípios e estado. Outro item priorizado pela Diretoria foi a
167 cultura de participação estar estabelecida, porque se nós tivermos cultura de participação e a
168 gestão estruturada, os problemas podem ser solucionados. Desta forma, a visão de Futuro ficou
169 assim: “Na bacia do Itajaí, em 2025, haverá água para a manutenção da vida e para os diferentes
170 usos de forma justa. Isto será possível porque a gestão ambiental pública estará estruturada,
171 atuante e articulada com a gestão de recursos hídricos, e a cultura de participação estará
172 estabelecida”. Essa redação da visão foi elogiada por alguns dos presentes. **6) Aprovação da**
173 **composição da Câmara Técnica de Planejamento.** Beate deu continuidade à reunião,
174 lembrando que em setembro do ano passado foi lançado o edital de Chamamento da
175 Composição da Câmara Técnica de Planejamento. Estipulamos um prazo, pretendíamos aprovar
176 na assembléia de novembro. Doze entidades se inscreveram, mas como o limite é de onze, a
177 décima segunda ficaria de suplente. A composição contendo os nomes das instituições que se
178 candidataram para integrar a câmara técnica deve ser aprovada na forma de uma resolução.
179 Somente após essa aprovação a câmara técnica poder funcionar. Apesar disso, a câmara
180 técnica já foi chamada para uma reunião na semana passada, porque o projeto PIAVA não pode
181 desenvolver certas atividades sem a discussão com um grupo de técnicos, sem articulação, sem
182 a visão das outras instituições. São esses os inscritos para compor a CT-Plan: SAMAE de
183 Blumenau, CRAVIL, Superintendência do Porto de Itajaí, ABES, FURB, SENAI, AMAVI, UCAVI,
184 AMMVI, EPAGRI e ABRH. Esses foram os primeiros onze que se inscreveram, depois veio ainda
185 a inscrição da UNIFEBE, seguindo a ordem ela está no final. Entretanto, teremos hoje uma
186 mudança considerando a ausência do Porto de Itajaí. Como a resolução trinta e dois diz que a
187 câmara técnica pode ter de sete a onze membros, não precisamos definir onze, podemos reduzir.
188 A pergunta é: quem quer ficar na lista? Preferem passar para a suplência? Ou como fazemos?
189 Respondendo a essas perguntas, a AEA VI confirma interesse na CT-Plan, a CRAVIL, a AMAVI a
190 UCAVI, a AMMVI, a EPAGRI e a ABRH idem. Incluindo a UNIFEBE, podemos reduzir o número
191 e deixar os outros como suplentes. Composição aprovada. **7) PRMC.** A presidente chamou
192 Sheila Ghoddosi para apresentar a minuta do Programa Municipal de Recuperação de Mata
193 Ciliar. Sheila introduziu o tema, explicando que é objetivo do Projeto Piava estimular os
194 municípios a criar um programa municipal de recuperação de matas ciliares. Nesse sentido, foi
195 desenvolvida minuta de um programa municipal, a ser instituído por lei municipal. Apresentou a
196 minuta do programa, constituído de sete componentes, que são o objeto, os recursos, os
197 responsáveis, as atividades, os beneficiários, o monitoramento e o controle, bem como as
198 considerações acerca dela vindas do Ministério do Meio Ambiente. Após muita discussão e
199 diversas alterações sugeridas pela plenária, a minuta, na forma de projeto de lei, foi considerada
200 aprovada, ficando, porém, os aspectos legais relativos à responsabilidade fiscal a ser
201 examinados pelas associações de municípios, num prazo de vinte dias. **6) Aprovação do edital**
202 **de renovação dos membros do Comitê do Itajaí.** Beate apresentou o edital e ressaltou que é a
203 terceira vez que o Comitê lança um edital desses, agora com a novidade para o segmento dos
204 usuários, que é a exigência, para os usuários, de comprovar o seu cadastramento. Maria Izabel

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

205 colocou o edital em votação, que foi aprovado. **7) Informes da Secretaria.** Beate solicitou aos
206 presentes que preencham o formulário do CABI, muito importante para o trabalho da secretaria.
207 Nada mais havendo a tratar, a presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual eu, Beate
208 Frank, lavro a presente ata, que vai assinada por mim e pela Presidente do Comitê do Itajaí.